



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

|                              |                                  |
|------------------------------|----------------------------------|
| <b>Processo TC</b>           | 4456/989/24                      |
| <b>Poder</b>                 | EXECUTIVO                        |
| <b>Município</b>             | Botucatu                         |
| <b>Entidade</b>              | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU |
| <b>Período</b>               | 09/2024                          |
| <b>Relator</b>               | Dr. Marco Aurélio Bertaiolli     |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | UR-02 UNIDADE REGIONAL DE BAURU  |
| <b>Responsável</b>           | MÁRIO EDUARDO PARDINI AFFONSECA  |
| <b>Cargo</b>                 | PREFEITO                         |
| <b>CPF</b>                   | ***.943.748-**                   |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2021 a 31/12/2024          |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções vigentes, vimos por meio deste alertá-lo(a) a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 1.1 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Alerte-se que a situação de liquidez projetada para o exercício revela-se desfavorável frente ao adimplemento de compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício.

## 2 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

### 2.1 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 25, §3º da Lei 14.113/20.

## **2.2 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB com profissionais da Educação Básica**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 08/11/2024

**Hora da Geração:** 21:49:49